



PIOR DO QUE ESTÁ NÃO PODE FICAR

Maria Beatriz de Carvalho Melo Lobo

As mudanças mais significativas pelas quais passam os mais diferentes países não são, necessariamente, fruto de processos paulatinos, oriundos de uma série de ações desenvolvidas com objetivos pré-estabelecidos e que exigem uma ordenação temporal e conceitual para serem implantados. A história nos mostra vários exemplos de processos descontínuos, cujas rupturas advêm de mudanças pontuais - muitas vezes não planejadas – que alteram decisivamente o funcionamento de um sistema.

Faço essa introdução como contraponto às soluções frequentemente sugeridas pelos críticos às políticas públicas no Brasil que exigem longos e participativos processos, além de vontade política, grandes investimentos e mudanças legais. Embora esses projetos possam ser conceitualmente corretos, mostram-se muitas vezes inviáveis politicamente, ou inexequíveis no espaço de tempo necessário para que o País não perca, mais uma vez, o bonde do desenvolvimento.

Diante da impossibilidade de se aplicar plenamente as receitas sugeridas pelos críticos, os formuladores de políticas seguem o consenso e, assim, transformam-se em gestores de projetos grandiosos pela metade: o investimento não é o ideal, as mudanças legais são parciais e a vontade política passa a defender o possível. Poucos pensam em mudanças simples que possam alterar o sistema de incentivo dos agentes envolvidos.

O quadro da educação brasileira, infelizmente, encoraja a mudança: entre as piores nações do mundo nos resultados dos alunos medidos pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), nossas escolas obtêm resultados sofríveis do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, temos somente uma universidade (a gloriosa USP) entre as 150 melhores do mundo, mesmo estando entre as maiores economias do planeta. Portanto, essa situação dramática pode ser libertadora: não temos quase nada a preservar no nosso sistema educacional.



Por essa razão, uso fazer uma proposta radical: sugiro que seja implantado um exame nacional obrigatório de suficiência para que o aluno tenha direito ao diploma. Começaria pelo ensino básico e estenderia ao ensino médio para que, em poucos anos, nenhum diploma no Brasil seja expedido sem a garantia de que o estudante adquiriu os conteúdos mínimos necessários para aquele grau de ensino.

Já espero todo tipo de reação contrária. Muitos educadores argumentarão que essa avaliação passaria a ter caráter punitivo, não sendo esse o sentido desse tipo de processo. Alguns bem intencionados dirão que é preciso, isso sim, investir no professor e no processo de ensino, argumentos que serão utilizados pelos mau-intencionados para tentar, mais uma vez, fazer com que nada mude.

Os representantes dos estudantes acharão injusto que os alunos sejam punidos por problemas do sistema (exatamente como fazem em relação ao ensino superior) e que uma prova só não avalia ninguém (mesmo que, na prática, concursos públicos, de associações profissionais e mesmo qualquer outro tipo de processo seletivo utilizem exatamente esse critério). Possivelmente, encontrarão motivações privatistas financiadas pelo FMI e pelo Banco Mundial que querem – segundo suas análises – desmoralizar o ensino público, sem raciocinar sobre quem, de fato, eles defendem com essa postura.

Defendo um exame de suficiência e a volta aos bancos escolares dos alunos que não obtiverem o resultado mínimo baseada no simples fato de que nada mudará no Brasil enquanto avaliações negativas que mostram o fracasso das nossas escolas não tiverem consequências concretas.

Uma vez que os governos estaduais e municipais transferem as culpas e responsabilidades uns aos outros e o governo federal não tem poder sobre esses sistemas de ensino, garantir que, independentemente do estado, ou município, só uma prova de caráter federal dará direito ao aluno ter seu diploma validado, com a divulgação (sim senhor!) dos resultados por escola, por município, por estado, fará com que pais e alunos – enfim a sociedade civil “não organizada” – com pavor de que seus filhos passem anos na escola e depois não consigam ter o diploma, pressionem os governos e mantenedores, aí sim, a investir mais nos professores, nos processos, na infraestrutura, etc. Porque ao se cobrar resultados as pessoas passam a procurar soluções efetivas. O risco é que os “interessados” lutem para acabar com o exame (já viram esse filme?) ao invés de melhorar as escolas.



O aluno reprovado poderia fazer o exame quantas vezes fosse preciso, mas não teríamos mais diplomados analfabetos funcionais, escolas e professores de faz de conta que não sabem ensinar e não se sentem corresponsáveis pelo fracasso dos alunos, e políticos que, na verdade, não prestam conta a ninguém.

Não tenho a ilusão de que isso seja a panacéia para todos os males, nem pretendo desmerecer outras iniciativas que estejam sendo empreendidas com bons resultados – mesmo que, quase sempre, em escala piloto. Não quero, também, me deter nos detalhes operacionais (que não podem e não devem impedir que se discuta a idéia em si). Não busco culpados, nem abnegados.

Apenas sinto que um país continental, repartido por ideologias e desigualdades, precisa ter coragem de tomar medidas mais drásticas que ajudem, mesmo que por caminhos que pareçam tortos para alguns, a reverter o quadro da educação brasileira sobre o qual, pela primeira vez, chega-se a um consenso: pior do que está, não pode ficar!

Texto inserido no site em março de 2011.